

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico - CSE
Departamento de Economia e Relações Internacionais

ALINE ISABEL FONSECA BECKER

DIAGNÓSTICO ECONÔMICO-SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GAROPABA-SC E
PROPOSIÇÃO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA O ALCANCE DE NÍVEL MAIS
ELEVADO DE BEM ESTAR DA SOCIEDADE LOCAL

FLORIANÓPOLIS, 2018

ALINE ISABEL FONSECA BECKER

**DIAGNÓSTICO ECONÔMICO-SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GAROPABA-SC E
PROPOSIÇÃO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA O ALCANCE DE NÍVEL MAIS
ELEVADO DE BEM ESTAR DA SOCIEDADE LOCAL**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos de Carvalho Júnior

FLORIANÓPOLIS
2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 a aluna ALINE ISABEL FONSECA BECKER na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Carlos de Carvalho Júnior (Orientador) - UFSC

Prof. Dr. Francisco Gelinski Neto - UFSC

Prof. Dr. Raimundo Nonato de Oliveira Lima - UFSC

*Dedico este trabalho aos meus pais, meu irmão
e ao meu noivo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por ter saúde e fé para alcançar os meus objetivos superando todas as dificuldades.

Agradeço com todas as forças, em especial aos meus amáveis pais: Odojaim e Fabiana, pelo amor, dedicação e cuidado, por me apoiarem nas escolhas da minha vida e me incentivarem desde cedo aos estudos. Por trabalharem muito para me proporcionar conforto e oportunidade de concluir o curso de Ciências Econômicas. E sempre estarem presente nas horas difíceis me aconselhando e apoiando emocionalmente. Vocês são meu alicerce e sem vocês nada seria possível, sou imensamente grata.

Agradeço também ao meu querido e amável irmão Matheus e minha cunhada Júlia, pela amizade e apoio e por estarem presentes nos momentos em que precisei, acreditarem e me incentivarem.

Agradeço ao meu magnífico noivo Carlos Eduardo, que foi de extrema importância para o alcance dessa jornada. Por ser minha fonte de inspiração e exemplo de dedicação e sabedoria. Por estar ao meu lado em toda a trajetória e nos principais momentos de minha vida, me incentivando a acreditar que sou capaz de realizar meus sonhos.

A todos meus familiares e amigos que se fizeram presente. Em especial as minhas amigas Bruna, Claudia e M^a Eduarda que acompanharam minha trajetória acadêmica e que levarei essa amizade para além da universidade. Agradeço por todos os momentos e conhecimentos compartilhados.

Agradeço ao meu orientador prof. Luiz Carlos de Carvalho Júnior, por toda a paciência, atenção e apoio sempre quando precisei. Imensa gratidão, pela confiança, auxílio e por ter aceitado orientar esta monografia.

Agradeço ao meu colega de graduação Marcio, pelo apoio nos momentos de estudos e trocas de conhecimentos.

Gostaria de agradecer a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, e tiveram suma importância nessa formação. E a todas aquelas pessoas que contribuíram de alguma forma durante esta jornada, obrigado pela paciência.

Por último e não menos importante, agradeço a todos entrevistados que contribuíram para a construção deste trabalho. Entre os secretários e atendentes, que se disponibilizaram e dedicaram um pouco do seu tempo para responder aos questionários elaborados.

*"Sem um planejamento estratégico competente,
ninguém sobreviverá nestes tempos globalizados."
(Michael Porter)*

RESUMO

Este trabalho busca realizar um diagnóstico econômico e social do município de Garopaba e propor alguns objetivos estratégicos para melhorar a qualidade de vida da população e o desenvolvimento regional, utilizando os conceitos de um planejamento estratégico municipal. Para isto, foi preciso aprofundar-se em concepções teóricas abordando os fundamentos e a estrutura de como criar um planejamento estratégico. A análise da pesquisa partiu da coleta de dados através de Censos, informações disponíveis no portal da prefeitura de Garopaba e realização de entrevista com secretários e outras pessoas de importantes posições na comunidade. Diante destes dados foram identificadas as principais variáveis do município, sendo elaborado um diagnóstico para cada área, mostrando as oportunidades e fragilidades em relação ao desenvolvimento econômico e social. Foram sugeridos objetivos estratégicos para corrigir as necessidades e gerar maior nível de bem-estar dos munícipes, que convém serem aplicados na realidade. Observando as variáveis analisadas destaca-se as atividades econômicas dentro os setores de turismo, construção civil e pesca artesanal, como principal fonte de renda da população local.

Palavras-chave: Município de Garopaba. Desenvolvimento econômico-social. Objetivos estratégicos. Planejamento estratégico municipal.

ABSTRACT

This work seeks to carry out an economic and social diagnosis of the municipality of Garopaba and propose some strategic objectives to improve the quality of life of the population and regional development, using the concepts of municipal strategic planning. For this, it was necessary to deepen in theoretical conceptions addressing the fundamentals and the structure of how to create a strategic planning. The analysis of the research was based on the collection of data through Censuses, information available on the portal of the city of Garopaba and interview with secretaries and others of important positions in the community. In view of these data, the main variables of the municipality were identified, and a diagnosis was made for each area, showing the opportunities and weaknesses in relation to economic and social development. Strategic objectives are suggested to correct the needs and generate a higher level of well-being of the citizens, which should be applied in reality. Observing the analyzed variables, the economic activities within the tourism, civil construction and artisanal fishing sectors, as the main source of income for the local population, are highlighted.

Key-words: Municipality of Garopaba. Economic and social development. Strategic objectives. Municipal Strategic Planning.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAG – Associação de Dança de Garopaba
CAT – Centro de Atendimento ao Turista
CEDUP – Centro de Educação Profissional
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ESF – Estratégia Saúde da Família
ETE – Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários
FASC – Faculdade de Santa Catarina
FATENP – Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça
FUCAP – Faculdade de Capivari
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDMS – Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
ISQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
PDM – Plano Diretor Municipal
PEM – Planejamento Estratégico Municipal
PIB – Produto Interno Bruto
PPA – Plano Plurianual
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SDPA – Seguro Desemprego do Pescador Artesanal
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

TSC – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

VAF – Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
1.1 TEMA E PROBLEMÁTICA	3
1.2 OBJETIVOS	4
1.2.1 Objetivo Geral	4
1.2.2 Objetivos Específicos	5
1.3 JUSTIFICATIVA	5
2 METODOLOGIA.....	6
2.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA.....	7
3 REFERENCIAL TEÓRICO	8
3.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	8
3.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	10
3.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL	12
3.3.1 Análises Estratégicas	13
3.3.2 Diretrizes Estratégicas	15
3.3.3 Estratégias e Ações Municipais.....	15
4 MUNICÍPIO DE GAROPABA: DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO E PROPOSIÇÃO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	17
4.1 ASPECTOS SOCIAIS.....	17
4.1.1 Desenvolvimento Humano	18
4.1.1.1 Diagnóstico.....	18
4.1.1.2 Objetivos Estratégicos	18
4.1.2 Saúde	19
4.1.2.1 Diagnóstico.....	19
4.1.2.2 Objetivos Estratégicos	20
4.1.3 Educação.....	21
4.1.3.1 Diagnóstico.....	21
4.1.3.2 Objetivos Estratégicos	22
4.1.4 Segurança Pública.....	22
4.1.4.1 Diagnóstico.....	22
4.1.4.2 Objetivos Estratégicos	23
4.1.5 Cultura e Lazer	24

4.1.5.1 Diagnóstico.....	24
4.1.5.2 Objetivos Estratégicos	25
4.2 INFRAESTRUTURA.....	25
4.2.1 Sustentabilidade Urbana	25
4.2.1.1 Diagnóstico.....	25
4.2.1.2 Objetivos Estratégicos	26
4.2.2 Mobilidade Urbana	26
4.2.2.1 Diagnóstico.....	26
4.2.2.2 Objetivos Estratégicos	27
4.3 ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	27
4.3.1 Aspectos Gerais	27
4.3.1.1 Diagnóstico.....	27
4.3.1.2 Objetivos Estratégicos	29
4.3.2 Turismo.....	30
4.3.2.1 Diagnóstico	30
4.3.2.2 Objetivos Estratégicos	31
4.3.3 Pesca Artesanal.....	31
4.3.3.1 Diagnóstico.....	31
4.3.3.2 Objetivos Estratégicos	32
4.3.4 Construção Civil.....	32
4.3.4.1 Diagnóstico.....	32
4.3.4.2 Objetivos Estratégicos	33
4.4 FINANÇAS PÚBLICAS.....	33
4.4.1 Diagnóstico.....	33
4.4.2 Objetivos Estratégicos	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMÁTICA

Entre 1970 a 1985 o Brasil passou por um período onde o poder de decisões políticas era centralizado em Brasília, as regiões do país dependiam de ordens federais, os investimentos realizados resultaram em instabilidade econômica, onde havia maior concentração na região sul e em pequena parte do Nordeste, gerando desigualdade territorial. Somente após a proclamação da Constituição Federal brasileira de 1988 começou uma descentralização do controle da união sobre os Estados e municípios, trazendo maior independência e possibilitando o desenvolvimento econômico regional. Pode-se entender por desenvolvimento econômico, uma sociedade que mantém acumulação de capital e progressos tecnológicos, proporcionando o aumento da renda per capita regional (BRESSER-PEREIRA, 2006). Essa transferência de poder, autoridade dos órgãos federais e estaduais para os municípios e pequenas comunidades, permite maiores responsabilidades de decisões sobre suas ações e gestão de planejamentos para a região, e a união passa a ter o papel de fiscalizar e regular. Desse modo, com autonomia o município recebe menos recursos e investimentos do governo, necessitam de resistentes estruturas e técnicas políticas administrativas para promover o desenvolvimento econômico e local, os gestores precisam aprender a direcionar essa escassez de recursos (BUARQUE, 1999).

O avanço da globalização promove rápido crescimento para os municípios por meio de industrialização e investimentos, agravando os problemas urbanos e sociais. Para lidar com esse avanço e proporcionar desenvolvimento econômico municipal esses novos desafios necessitam de planejamentos locais, para assim facilitar a gestão municipal, reparar distorções administrativas, melhorar a alocação de espaço físico e a distribuição de oportunidades para os municípios, proporcionando o bem-estar social. O planejamento estratégico municipal (PEM) objetiva auxiliar o governo local na elaboração de técnicas econômicas e políticas, estratégias para lidar com o aumento da concorrência expressando as condições e diversidades interna, e alocar de forma correta os investimentos externos, o PEM relaciona infraestrutura econômica, técnicas estratégicas, participação social, capacitação técnica encaminhando o município ao desenvolvimento local (FARIA, 2009).

O planejamento estratégico municipal é elaborado com técnicas administrativas que proporcionam o desenvolvimento, seus objetivos e estratégias a serem executados podem ter além de colaboradores sociais, recursos investidos por parceiros privados, obtendo a visualização dos resultados em um rápido período. Segundo Pfeiffer (2000, apud REZENDE;

ULTRAMARI, 2007, p. 266), “o PEM é um instrumento de gerenciamento que, como qualquer outro, tem um único propósito: tornar a gestão de uma cidade mais eficiente”. O planejamento estratégico tem origem na administração empresarial, e alguns conceitos como a racionalidade se aplicam tanto a uma empresa como para prefeitura porém com propósitos diferentes, para a empresa privada o que é racional são fundamentos em decisões econômicas que almejam maximizar ou otimizar lucros. Em relação a prefeitura que adota um PEM a racionalidade não é o suficiente, ela tem caráter subjetivo e deve haver além de técnicas econômicas a associação do fator político com participação social (REZENDE; ULTRAMARI, 2007).

Os gestores enfrentam grandes desafios e precisam agir como empreendedores no momento de governar um município, a elaboração de um planejamento estratégico municipal é algo inovador com propósitos maiores do que um plano diretor, aborda fatores econômicos, culturais, sociais e territoriais. Seguindo as noções da administração de planejar, organizar, direcionar e controlar, exige identificar os problemas do município, criar estratégias e metas pôr em prática técnicas e mecanismos que possam mostrar o real valor e vocação da região. Os recursos são financiados por entidades financeiras, não financeiras envolvendo gestores e viabilidade social (REZENDE; CASTOR, 2005).

Partindo desses fundamentos abordados ressalta-se como problema de pesquisa: analisando as características do município de Garopaba, destaca-se as principais fontes de atividades econômicas e sociais, as deficiências e necessidades enfrentadas pelo município, tendo assim como grande desafio, criar estratégias para solucionar os atuais problemas e proporcionar o desenvolvimento econômico local. Em vista disso, considerando os conceitos da elaboração de um planejamento estratégico e identificando as principais variáveis do município, qual o impacto de possíveis objetivos estratégicos propostos para Garopaba?

1.2 OBJETIVOS

O presente trabalho apresenta a seguir os objetivos geral e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar a situação atual do município de Garopaba nas áreas econômica e social e propor objetivos estratégicos para nortear futura elaboração de ações para o alcance do desenvolvimento socioeconômico.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Estabelecer de forma teórica a relação entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento local e planejamento estratégico;
- b) Realizar um diagnóstico econômico e social do município para identificar suas potencialidades e fragilidades;
- c) Propor objetivos estratégicos para o município.

1.3 JUSTIFICATIVA

O município de Garopaba está em processo de constante crescimento econômico e necessita de mecanismo que o auxiliem certas decisões importantes, com estratégias associadas ao desenvolvimento territorial impulsionando a direção da economia para o turismo, que é a essência da cidade. A elaboração de um diagnóstico e proposição de objetivos seguindo as etapas de um planejamento estratégico municipal pretende colaborar com o crescimento do município e promover mudanças positivas na estrutura de vida da população. Possibilitando auxílio aos seus gestores e secretários na administração local, conduzindo-os a uma melhor alocação dos recursos advindos para a região, formular estratégias técnicas e políticas, direcionar metas que possam contribuir para novos investimentos e desempenho da cidade em relação aos setores econômicos e sociais beneficiando os cidadãos como um todo. O planejamento estratégico é diferenciado de outros planos por possuir diretrizes vindas da administração empresarial. O possível resultado futuro da concretização do plano estratégico voltado para o município de Garopaba pode contribuir de forma positiva e servir como modelo sendo discutido ou aplicado por gestores em outras cidades e estados.

2 METODOLOGIA

Neste capítulo será abordado os procedimentos metodológicos de pesquisa e a estrutura organizacional do trabalho. O presente estudo tem como intuito realizar um diagnóstico econômico-social do município de Garopaba e elaborar objetivos estratégicos para alcançar o bem-estar da sociedade local e o crescimento econômico da região. Na realização deste serão analisados dados disponíveis referentes as principais variáveis municipais e realizado entrevistas com pessoas que detém posições importante no município. Diante desta pesquisa pretende-se responder ao determinado problema de pesquisa e alcançar os objetivos específicos propostos.

Quanto à classificação da finalidade do projeto, caracteriza-se como pesquisa descritiva que segundo Gil (2008, p. 28), “são incluídas neste grupo as pesquisas que tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”. Dado que as análises descritivas têm como objetivo descrever as características de uma população entendendo as necessidades econômicas e sociais locais. Sendo assim, aplica-se ao segundo objetivo específico deste trabalho, que será respectivamente a realização de um diagnóstico econômico e social do município para identificar suas potencialidades e fragilidade e a identificação oportunidades e ameaças relacionadas ao desenvolvimento econômico e social do município.

No que se refere a abordagem de pesquisa, está será de forma qualitativa procurando relacionar o estudo teórico com os fatos investigados, sendo aplicada em todas as etapas do trabalho. Em relação aos procedimentos de pesquisa, se dará de forma bibliográfica contribuindo na elaboração da introdução, referencial teórico e em parte do quarto capítulo durante o levantamento de dados para a realização do diagnóstico das variáveis.

Quanto aos objetivos específicos do presente trabalho, para alcançar o primeiro objetivo proposto será utilizado referencial bibliográfico disponível em livros e artigos e entre outras bases de estudo. No segundo objetivo serão considerados dados de alguns censos, índices e sites relevantes analisando os resultados do município e comparando com nível estadual e federal, em um segundo momento serão realizadas entrevistas por meio de questionários com pessoas que conhecem o potencial e as necessidades de Garopaba. O último objetivo será executado considerando a análise do diagnóstico e a contribuição das entrevistas realizadas para então sugerir os objetivos estratégicos.

2.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

O trabalho é organizado em cinco capítulos. Sendo que no primeiro está a apresentação da parte introdutória, trazendo o problema de pesquisa, objetivo geral e específicos e a justificativa. O segundo capítulo aborda os procedimentos metodológicos e estrutura da pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta o referencial teórico, abordando a visão de diversos autores sobre o desenvolvimento econômico e local, sendo descritas as etapas de um planejamento estratégico municipal proposta por Rezende e Castor (2005).

O quarto capítulo apresenta um diagnóstico das principais variáveis econômicas e sociais do município de Garopaba e proposição objetivos, aplicando os conceitos de planejamento estratégico. Nesta etapa além da análise de dados de Censos e Índices disponíveis no Sebrae, IBGE, e outros sites relevantes para a pesquisa, foram também realizadas entrevistas com secretários e atendentes que contribuíram com informações e conhecimentos. Dentre os entrevistados estão: João da Silva Pacheco (Diretor Executivo de Saúde); Sandra Amaral (Secretária de Transporte da Educação); Walter Figueiredo Loyola (Delegado da Polícia Civil); Marcus Israel (Secretário de Cultura); Alexandra Tavares (atendente do Centro de Atendimento ao Turista); Tuane Ribeiro (Representante da Colônia dos Pescadores de Garopaba) e Dilcélia de Abreu Luiz Moreira (Secretária de Planejamento e Meio Ambiente).

O quinto e último capítulo traz as considerações finais, procurando expor as respostas do problema de pesquisa e as conclusões de cada objetivo. A relevância desta pesquisa para outros estudos e suas limitações.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O seguinte capítulo apresentará parte da história do desenvolvimento econômico, apontando a opinião de alguns dos principais pensadores e relacionado a diferença entre desenvolvimento e crescimento. Descreverá os conceitos de desenvolvimento local e regional, mencionado o Estatuto da Cidade e a importância de planos já existentes como o plano diretor e plano plurianual municipal. Por fim será apresentado o planejamento estratégico municipal sua metodologia e estrutura de desenvolvimento, sendo dividido em três partes: análises estratégicas; diretrizes estratégicas; e estratégias e ações municipais, são estas que orientam a elaboração do projeto.

3.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Desde o tempo do pacto colonial almejava-se o “desenvolvimento da economia”, naquela época não se tinha esclarecido o seu verdadeiro sentido, as economias coloniais eram dependentes financeiramente da metrópole sendo assim subdesenvolvidas. No século XVIII surgem problemas relacionados ao crescimento e distribuição que são discutidos por alguns autores da época. Adam Smith (1776, apud SOUZA 2012, p. 2) procurou explicar a funcionalidade dos mercados por meio de um fator principal que é a divisão de trabalho que proporciona aumento do nível desenvolvimento da produção gerando renda e emprego, ou seja, expande a riqueza da nação. Keynes (1936, apud SOUZA 2012, p. 107) partiu da análise do *princípio da demanda efetiva*, relacionado o nível de investimento e seus impactos sobre a renda e o emprego. O crescimento econômico depende da expansão de investimentos, este absorve o montante de poupança e reflete sobre o aumento da renda e baixo desemprego. Logo, Schumpeter (1954, apud SOUZA 2012, p. 126) mostrou em sua teoria que o desenvolvimento acontece por meio dos empresários inovadores, surge mudanças de estruturas provocadas pela inovação e novas combinações de fatores já existentes. Ao contrário de Keynes sua análise foi voltada para o lado da oferta, e não houve preocupação com salários e demanda efetiva.

No contexto histórico da América latina nos anos 50, economistas da CEPAL¹ como Celso Furtado e Raúl Prebisch – falava-se muito em desenvolvimento econômico no período – apontavam que os países subdesenvolvidos precisavam industrializar-se, sair do regime de produção de matéria-prima e alimentos para exportação e importação de bens de capital

¹ Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948.

manufaturados. No Brasil e em outros países latinos americanos adotou-se uma política de substituição por importação, a renda dos agroexportadores era transferida para o setor industrial urbano, o Estado apoiava a consolidação do mercado interno por meio de políticas e tarifas de câmbio para fortalecer o crescimento da industrialização interna, mas nessa fase também houve implantação de progresso tecnológico e grandes investimentos estrangeiros trazendo assim junto com modernização a implementação de empresas multinacionais que receberam os mesmos incentivos das empresas nacionais (SOUZA, 2012).

É preciso esclarecer a diferença entre crescimento e desenvolvimento. Para alguns economistas um é sinônimo do outro, uma segunda corrente aponta que os dois termos se complementam, crescimento é condição para desenvolvimento, no entanto não o suficiente. Um país pode estar crescendo economicamente e mesmo assim haver taxas elevadas de desemprego, para haver desenvolvimento é preciso um equilíbrio entre mudanças de base, melhorias de vida social e reforma modernas estruturais.

Enquadram-se na segunda corrente economistas de orientação crítica, como Prebisch (1949), Furtado (1961), Singer (1977) e os demais autores da tradição cepalina e marxista assim como grande parte dos chamados economistas do desenvolvimento. Segundo a corrente estruturalista, o desenvolvimento econômico implica mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média da população (SOUZA, 2012, p. 6).

Para existir desenvolvimento o crescimento econômico precisa ser proporcionalmente maior que o demográfico, com um conjunto de fatores que proporcionam o bem-estar da população, melhorias sociais, ambientais e de indicadores em geral. São modificações estruturais que resultam em aumento da produtividade de mercado elevando o nível de emprego, expandindo salários e conseqüentemente a renda. Com a economia estável o governo pode arrecadar impostos convertendo em benefícios para as pessoas carentes melhorando os indicadores e eliminando barreiras de desigualdade e outras questões que serão melhoradas a longo prazo. Um país que possui elevados índices de pobreza com insuficiência de renda para as necessidades básicas, condições sociais precárias, desaceleração da econômica e baixo crescimento demográfico em relação ao aumento da população, que acaba gerando desemprego, situação de miséria, e assim aumentando a periferia dentro das grandes metrópoles, não irá conseguir se desenvolver em termos econômicos. No Brasil na década de 90 a expansão demográfica foi maior que o crescimento da população, surgiu uma pequena melhoria no bem-estar da população e redução de desigualdade comprovada pelo índice de Gini² que se reduziu

² O índice de Gini é um cálculo usado para medir a desigualdade social, que varia entre 0 e 1, onde “zero” corresponde a uma completa igualdade na renda e “um” corresponde a uma completa desigualdade (SOUZA, 2012).

em 0,625 em 1977 para 0,596 no ano de 1999, mas o país ainda detém a posição de umas das piores distribuições de renda do mundo (SOUZA, 2012).

De acordo com Souza (2012), para haver desenvolvimento econômico é fundamental que um país obtenha um bom resultado no nível de seus indicadores sociais. Existe relação direta entre a renda per capita e indicadores, esses precisam apresentar boas condições de educação, saúde, redução da pobreza, alimentação e medidas ambientais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pode ser considerado um dos mais importantes medidores de desenvolvimento, pois consegue combinar todos os outros índices, seu cálculo é realizado a partir de uma média simples de três fatores: longevidade, educação e nível de renda. No contexto histórico dos indicadores econômicos globais o Brasil se destacou entre economias com renda média alta junto com outros países da América Latina (México e Argentina), porém nesses países a taxa de mortalidade infantil em 2001 mostrava-se elevada sendo no Brasil 31 por mil nascidos vivos e no México 24 por mil, para diminuir esses números seria preciso adotar medidas para aumentar o número de vacinas que reduzissem as doenças, saneamento básico e boa higiene. Com relação aos gastos públicos, esse aumenta conforme o nível de renda, em 2000 os gastos públicos brasileiros com saúde foram de US\$ 631 dólares per capita, com a educação foram gastos 4,7% do PNB os resultados mostraram-se superiores comparados a outras nações de renda média.

3.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

No Brasil os municípios são classificados na última divisão territorial da organização federativa, acima estão os estados e a União, sendo assim, tem-se a importância de seguir compromissos municipais em promover uma economia regional e manter uma relação com demais níveis federativos. As responsabilidades que antes eram de níveis estaduais e federais, passam a ser atribuídas aos municípios, mas esses ainda são economicamente inferiores aos órgãos federais, dependem de investimentos e recursos para saúde, educação, infraestrutura e segurança pública. Para manter então, um equilíbrio social e político de forma jurídica, o município precisa seguir princípios estabelecidos no plano diretor junto ao Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade foi aprovado em julho de 2001, sendo o ponto de referência principal para o desenvolvimento dos municípios, desde então almeja o direito de sustentabilidade as cidades, democratização, arrecadação de tributos direcionados a melhorar a qualidade de vida da população, reordenação urbana da ocupação do solo e integração entre atividades urbana e rurais esses são alguns de seus objetivos (FARIA, 2009).

O plano diretor municipal (PDM) é obrigatório para municípios com mais de vinte mil habitantes conforme a Constituição Federal de (1988), integrantes de regiões metropolitanas, áreas de interesse turístico e em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país. Procura atuar voltado para estruturação de funções sociais, ambientais e ordenamento do espaço físico territorial, seus fundamentos estão contidos e regulamentados pelo Estatuto da Cidade. As reformas elaboradas pelo PDM são ações futuras e dependem do financiamento do poder público, sendo que atualmente é cada vez mais reduzida a participação, intervenção e obtenção de recurso do governo estadual e federal em relação as cidades (REZENDE; ULTRAMARI, 2007). Nos anos 70, ocorreu no Brasil um processo de difusão da aplicação do plano diretor pelos municípios, os investimentos nas áreas de transporte, sistemas viários e infraestrutura eram vindos de setores públicos. Foi a partir do final da década de 70, onde o plano diretor estava desgastado e junto ao movimento da reforma urbana, que então configurou-se uma nova versão do PDM, sendo decretado pela Constituição Federal de 1988 a competência do município de estabelecer o plano diretor, intervir e objetivar a execução da política urbana, este é elaborado através do poder executivo, legislativo e participação popular. Assim, baseando-se na situação local de cada região o plano diretor passa a exercer um importante papel no auxílio da gestão e desenvolvimento das cidades (REZENDE; CASTOR, 2005).

Dentre outros planos que contribuem para a gestão política e econômica dos municípios, está o Plano Plurianual (PPA) sendo exigido também pela Constituição Federal (1988), tem vigência de quatro anos, e começa a vigorar a partir do segundo ano após a entrada de um novo governo. É o PPA que cuida das despesas correntes e grandes obras do município, direcionando os objetivos, estratégias e metas. Deste plano surgem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Sendo a LDO de periodicidade anual, é de obrigação desta direcionar as metas e prioridades da administração municipal para o próximo ano, organizar os orçamentos, dispor das despesas com pessoal, metas e riscos fiscais, dispor à dívida pública, entre outros encargos. A LOA também é de periodicidade anual, tendo como objetivo fornecer os recursos necessários para as ações estabelecidas pela LDO. Sua função é prever as despesas e estabelecer as receitas municipais, de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, dando ênfase ao motivo e custo que será levantado para executar as construções e projetos, e não a forma de como será gerado o recurso (REZENDE; CASTOR, 2005).

As cidades brasileiras estão em constante mudanças que acabam gerando desequilíbrios internos, estes precisam ser controlados com o auxílio da implementação de planejamentos para proporcionar um ambiente com moradia digna e saudável a todos os cidadãos. Para realizar a execução de projetos o município precisa de investimentos, da união de forças econômicas, políticas, dos munícipes e dos gestores, um desafio que inclua a todos mantendo um constante desenvolvimento municipal. Segundo o artigo 182 da Constituição Federal (1988, apud REZENDE; CASTOR, 2005, p. 29) “a política de desenvolvimento urbano deve ser executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei e tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem-estar dos munícipes”. Contudo é a prefeitura que tem o papel principal de implementar e viabilizar políticas que contribuem para o município, com o auxílio dos órgãos estaduais e federais. Mantendo-se à participação dos munícipes interessados em contribuir de forma social e democrática.

Conforme Rezende e Castor (2005), os projetos de planejamento plurianual e plano diretor, são elaborados para contribuir com a gestão local e devem ser construídos e executados com transparência para que a sociedade consiga compreender e participar das decisões. O planejamento estratégico municipal surge para complementar o PPA e o PDM na construção de um desenvolvimento regional, estabelecendo estratégias voltadas às deficiências do município que incluem infraestrutura, saúde, educação, segurança pública e estrutura econômica.

3.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL

Os municípios apresentam algumas deficiências que dificultam o seu desenvolvimento e precisam formar estruturas para equilibrar todas as variáveis, sendo assim, o planejamento estratégico municipal seguindo técnicas administrativas, busca determinar objetivos, estratégias e ações contando com a participação dos munícipes, gestores locais e todos os interessados pela região. A metodologia do planejamento estratégico é elaborada através da realidade e das futuras metas do município, sendo que o orçamento previsto deve ser levantado na construção do planejamento. Seus resultados contribuirão de forma positiva, trazendo benefícios para toda a sociedade, sendo assim, quando alcançada todas as metas estabelecidas para o desenvolvimento, estímulos para o setor econômico e bem-estar da população local, o município serve como modelo exemplo a outras regiões, cidades ou estados (REZENDE; CASTOR, 2005).

A primeira iniciativa antes do desenvolvimento do planejamento estratégico municipal, é organizar os objetivos a serem alcançados, seguir uma metodologia para a elaboração do projeto

e procurar entender os outros planejamentos existentes no município – plano diretor e plano plurianual. A coletividade de todos os interessados no crescimento regional, os gestores e munícipes, será fundamental para discutir e formalizar os objetivos que serão elencados, voltado para melhorar a qualidade de vida de todos, sem considerar os interesses individuais. Em relação à metodologia a ser adotada no planejamento, deve-se analisar e escolher a mais adequada para o município, podendo criá-la ou seguir uma existente já existente adaptando as necessidades. A metodologia serve para facilitar e estruturar o desenvolvimento do PEM, desta forma o mais importante é apresentar a divisão das partes, em grupos e subgrupos que servirá como guia e facilitará a execução do projeto (REZENDE; CASTOR, 2005).

Segundo Chiavenato (2000, apud REZENDE; CASTOR, 2005, p. 48), o planejamento estratégico pode ser desenvolvido em seis grandes etapas: determinação dos objetivos; análise ambiental externa; análise organizacional interna; formulação das alternativas estratégicas e escolha das estratégias; elaboração do planejamento; e implementação por meio de planos táticos e planos operacionais. Mas de acordo com Vasconcelos e Pagnoncelli (2001, apud REZENDE; CASTOR, 2005, p. 49), uma metodologia de planejamento estratégico também pode ser composta por: negócio; missão; princípios; análise do ambiente; visão; objetivos; e estratégias competitivas.

Rezende e Castor (2005) propõem uma metodologia para desenvolver o planejamento estratégico municipal, que se divide em: análises estratégicas; diretrizes estratégicas; estratégias e ações municipais; e controles municipais e gestão do planejamento estratégico. Essa metodologia pode ser adequada conforme a demanda de cada município, a estrutura é organizada para suprir as necessidades em que cada região se encontra, para este trabalho não será considerado controles municipais e gestão do planejamento estratégico. Resumidamente os controles municipais e gestão do planejamento fazem parte da última fase do projeto, estes são reguladores e acompanham todo o desenvolvimento do PEM, estabelecem correção, certificam-se dos resultados e cumprimento do que foi proposto.

3.3.1 Análises Estratégicas

O papel das análises estratégicas é diagnosticar a situação em que o município se encontra, apresentar os pontos positivos e negativos, identificando as principais variáveis que serão abordadas durante o planejamento. Nesta etapa estão envolvidas pessoas físicas e jurídicas que desempenham uma certa influência em questões relacionados ao desenvolvimento da cidade, todos os dados, indicadores e informações associadas a cidade devem ser relevantes e usados como ferramentas para análise. As análises estratégicas fazem parte do início do PEM e devem ser elaboradas conforme a total realidade do município para não prejudicar o restante do projeto. Com o intuito de facilitar os estudos divide-se em três subgrupos: *análises da cidade*; *análises externa à cidade*; e *análises da administração municipal* (REZENDE; CASTOR, 2005).

O subgrupo *análises da cidade* é responsável por identificar todas as variáveis que influenciam o ambiente interno do município, com exceção a administração da prefeitura. Um mapeamento ambiental da região pode auxiliar na escolha das variáveis, os municípios estão em constante mudanças que afetam a vida dos cidadãos, possibilitando novas oportunidades e vantagens, mas provocando certas dificuldades e ameaças que precisam ser minimizadas. Os ambientes municipais oferecem recursos financeiros, políticos, sociais e tecnológicos, sua análise afeta desde questões humanas, demográficas, ecológicas, produtividade local, até mecanismos econômicos. A análise das forças e fraquezas são fundamentais para o diagnóstico estratégico regional, pode ser usada técnicas para identificar o sucesso ou fracasso, através da localização da cidade, competência das pessoas e existência de fatores diferenciais, ou seja, são variáveis que auxiliam na previsão (REZENDE; CASTOR, 2005).

As *análises externas à cidade*, abordam os fatores que influenciam externamente a região, assim são explorados os ambientes com contexto que estão fora do limite municipal, mas afetam internamente o desenvolvimento local. Assim como o ambiente interno, é necessário elaborar também um mapeamento ambiental externo, para evidenciar as mudanças positivas e negativas que ocorrem, e os possíveis fatores como municípios concorrentes, circunvizinhos, cidadãos não residentes, governo federal e estadual e organizações fora dos limites municipais que influenciam nas decisões internas da cidade. Outro ponto a ser analisado neste subgrupo é as oportunidades e riscos à cidade, depende de recursos não locais e deve apresentar detalhadamente o aproveitamento da economia regional, utilização de uma região metropolitana, desenvolvimento local diferenciado, ciência e tecnologia, e entre outras variáveis que podem apresentar ameaça ou oportunidade (REZENDE; CASTOR, 2005).

Segundo Rezende e Castor (2005), o último subgrupo que deriva das análises estratégicas é as *análises da administração municipal*, voltada para diagnosticar as variáveis administrativas da região e prefeitura. Sendo esta parte dividida no detalhamento do ambiente de tarefa municipal, onde procura-se estudar os setores organizacionais e operacionais da prefeitura, os principais indicadores locais e os cargos dos servidores dando ênfase no perfil das pessoas. E por fim na análise dos serviços e funções municipais, os serviços podem ser classificados como sistemas organizacionais abertos – com mais transparência e participação na gestão – ou sistemas fechados. As funções compõem o sistema aberto, são conceituadas em módulos e variam de acordo com cada prefeitura.

3.3.2 Diretrizes Estratégicas

Instituem a segunda parte do planejamento, responsável por determinar os objetivos e metas propostos para o município. É o momento de estabelecer uma direção a ser adotada através de programas de atividades, conjunto de instruções, ações normas e procedimentos. Esta etapa pode ser dividida em dois subgrupos: *diretrizes da cidade* e *diretrizes da administração municipal*. A junção de diretrizes estratégicas e análises estratégicas são fundamentais para a construção da próxima etapa: estratégias e ações municipais (REZENDE; CASTOR, 2005).

Para Rezende e Castor (2005), as *diretrizes da cidade* são representadas por todos os interessados na região, munícipes, gestores instituições. Abordando a visão, vocação, valores ou princípios da cidade e dos cidadãos e objetivos municipais. A visão da cidade projeta um possível futuro proporcionando que todos adotem a mesma direção, considerando na sua elaboração as políticas federais, estaduais e regionais. Preferências e tendências são determinadas pelas vocações da cidade com a participação social de talentos humanos e valorização da história cultural. Através de valores e princípios estabelecidos o município impõe regras e padrões que devem orientar as pessoas, respeitando princípios éticos, morais e sociais. Sendo assim, para cumprir com essas diretrizes o município estabelece objetivos de médio ou longo prazo através de investimento que gerem resultados reais beneficiando a população.

Nem todos os planejamentos estratégicos adotam o subgrupo *diretrizes da administração municipal*, pois são medidas desempenhadas pelos prefeitos, administradores e secretários municipais. Com tudo, essa fase é composta pelas missões da prefeitura, atividades e políticas municipais e procedimentos operacionais. A prefeitura deve seguir algumas missões, estabelecer padrões a serem seguidos pelos servidores que facilitem no desempenho de atividades e prestação de serviços, resultando em benéficos para cidade e população. Definir um conjunto de políticas e regras que devem ser seguidas pelos gestores e servidores, auxiliando na tomada de decisões e evitando transtornos internos e externos a prefeitura (REZENDE; CASTOR, 2005).

3.3.3 Estratégias e Ações Municipais

Os objetivos pré-estabelecidos no início do planejamento estratégico, devem ser alcançados através de estratégias e ações municipais. As estratégias procuram examinar os valores e princípios das cidades, considerando a decisão coletiva dos munícipes, e assim atender os objetivos. As ações municipais representam atividades de realização no sentido de fazer

acontecer com a atuação de toda uma comunidade, e sua função é detalhar as estratégias a serem desenvolvidas através de planos de ação estruturando a organização do PEM. Sendo assim, o momento de elaboração das ações irá validar a definição de estratégias e estas serão decisivas na consolidação dos objetivos da cidade (REZENDE; CASTOR, 2005).

Para formar as *estratégias municipais*, antes é preciso conceitua-las, analisar alguns tipos e estabelecer classificações. De acordo com Ansoff e Mc Donnell (1984, apud REZENDE; CASTOR, 2005, p. 88), “o conceito de estratégia é visto como a arte de planejar, compreende um dos vários conjuntos de regras de decisão para orientar o comportamento do município, vista como uma ferramenta para trabalhar com diferentes e divergentes condições que cercam os municípios”. Porter (1990, apud REZENDE; CASTOR, 2005, p. 89), divide a estratégia em três tipos: liderança em custo, diferenciação e enfoque, porem seu modelo é para a análise de estratégias competitivas em industrias.

Quando a classificação Certo e Peter (1993, apud REZENDE; CASTOR, 2005, p. 90), denominam em: concentração de uma única linha de serviços, estabilidade, crescimento constante e redução das despesas de serviços municipais. Após conceituar e classificar, chega-se ao momento fundamental do PEM que é formular as estratégias, onde serão observados os pontos positivos e negativos do município e os recursos disponíveis. As estratégias devem ser criadas para trazer benefícios futuros duráveis, sendo elaboradas em conjunto dos munícipes com os responsáveis pelo planejamento, analisando os objetivos e serviços a serem executados para assim determinar as estratégias prioritárias de cada (REZENDE; CASTOR, 2005).

De acordo com Rezende e Castor (2005), o subgrupo das *ações municipais* é elaborado para consolidar e validar as estratégias. As ações detalham como as estratégias serão executadas, através de processo de elaboração, planos de trabalho e divulgação das ações. Com isso, criase grupos de trabalho onde são analisados e descritos os planos de ações com a participação de pessoas físicas ou jurídicas, busca-se arrecadar recursos financeiros para a concretização das ações. Concluída a elaboração das ações é feita a divulgação através de reunião para toda a cidade e assim inicia-se o processo de execução do PEM contando com a colaboração e participação de todos os munícipes interessados.

4 MUNICÍPIO DE GAROPABA: DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO E PROPOSIÇÃO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Neste capítulo, inicialmente será realizado o diagnóstico para identificar as fragilidades regionais, seguido da elaboração dos objetivos estratégicos com o intuito de proporcionarem um crescimento futuro para o município e bem-estar geral. Para tal, foram considerados os Aspectos Sociais, Infraestrutura, Atividades de Desenvolvimento Econômico e Finanças Públicas, sendo essas as quatro variáveis mais importantes que influenciam diretamente no desenvolvimento de Garopaba.

Dentre os grupos das principais variáveis selecionadas para fundamentar a análise, estão divididos os subgrupos com as específicas áreas:

- Aspectos Sociais:
 - Desenvolvimento Humano
 - Saúde
 - Educação
 - Segurança Pública
 - Cultura e Lazer
- Infraestrutura:
 - Sustentabilidade Urbana
 - Mobilidade Urbana
- Atividades de Desenvolvimento Econômico:
 - Aspectos Gerais
 - Turismo
 - Pesca Artesanal
 - Construção Civil
- Finanças Públicas

4.1 ASPECTOS SOCIAIS

Este grupo expõe os principais indicadores sociais do município de Garopaba, a demonstração dos seus resultados contribui para melhorar os níveis nas áreas de desenvolvimento humano, saúde, educação, segurança pública, cultura e lazer.

4.1.1 Desenvolvimento Humano

4.1.1.1 Diagnóstico

O município de Garopaba encontra-se situado na região sul catarinense, estando aproximadamente 71,8 km de distância da cidade de Florianópolis, a capital do estado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE, 2010), Garopaba mostra-se em crescimento populacional desde a década de 2000 até 2010 apresentou uma evolução de 37,78%, sendo apontado no último Censo Demográfico realizado em 2010 o total populacional de 18.138 mil habitantes equivalentes a 0,29% de toda a população do estado, colocando a cidade na 64ª posição do ranking de Santa Catarina. Porém já existem estimativas mais recentes referentes ao ano de 2017 onde o total de habitantes da região é 22.082 mil. A densidade demográfica garopabense em 2010 era de 157,17 hab/km², comparando a outros municípios estaduais, a região classifica-se na 30ª posição do ranking (SEBRAE, 2013).

O IDH³ mede o nível de desenvolvimento do município considerando as seguintes variáveis: educação longevidade e renda. Garopaba mostrou-se em crescimento constante em relação aos anos anteriores, considerando o período de 1970 até 2000, obteve um avanço acumulado de 141,5%, relativamente superior a evolução do estado e governo, 72,3% e 65,8% respectivamente para este mesmo período. Porém o índice indica que o município se encontra em nível de médio desenvolvimento, visto que em 2000 o IDHM chegou a 0,785, alcançando a 184ª posição no ranking estadual deste indicador (SEBRAE, 2013).

Como já mencionado neste trabalho, o índice de Gini serve para medir o grau de concentração da renda, variando de zero a um, quanto mais próximo de um, existe maior desigualdade de renda. Sendo analisados os anos de 1990 até 2010, Garopaba apresentou uma pequena evolução diminuindo o nível de desigualdade, o índice de Gini que antes era de 0,484 passou para 0,451 em 2010 (SEBRAE, 2013).

4.1.1.2 Objetivos Estratégicos

Conforme abordado no diagnóstico Garopaba está em um nível consideravelmente razoável de desenvolvimento humano, comparado com os outros estados catarinenses o município precisa melhorar o IDHM e o índice de Gini, por meio das seguintes estratégias:

- Elaborar políticas para elevar o índice de desenvolvimento humano municipal;

³ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de 0 a 1, onde é considerado baixo desenvolvimento quando se atinge menos de 0,499 pontos, médio desenvolvimento entre 0,500 até 0,799, e de alto desenvolvimento uma pontuação superior a 0,800 (IPEA, 2008).

- Desenvolver políticas que gerem igualdade social.

4.1.2 Saúde

4.1.2.1 Diagnóstico

Uma das principais necessidades básicas de um município são as condições de saúde, deve-se ter recursos, unidades, leitos postos de atendimentos suficientes para atender a toda população. Segundo dados referentes ao ano de 2007, Garopaba conta com uma estrutura interna de 12 unidades básica de saúde, 3 clínicas/ambulatórios especializados e uma unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia contabilizando um total de 16 recursos disponíveis para todos os habitantes. Os números são muito inferiores quando comparados a níveis estaduais e federais, Santa Catarina apresentava um total de 9.334 unidades, enquanto o país 172.119 unidades (SEBRAE, 2010).

Apesar do estado mostrar níveis superiores ao país em relação ao número de leitos de internação para cada mil habitantes, sendo 1,9 e 1,8 respectivamente. Tratando-se do município não há existência de leitos de internação por tipo de especialidades – cirúrgico, obstetra, pediátrico, outras especialidades e hospitais. O número de profissionais vinculados no SUS por categoria representa 31 médicos, 4 clínicos gerais, 2 gineco obstetra, 8 médicos de família, 3 pediatras, 2 psiquiatras, 12 médicos de outras especialidades, 11 cirurgiões dentistas, 6 enfermeiros, 3 fisioterapeutas, 3 nutricionistas, 4 farmacêuticos, 3 assistentes social, 6 psicólogos, 18 auxiliares de enfermagem e 11 técnicos de enfermagem. Totalizando 96 profissionais da área de saúde no município, enquanto o estado de Santa Catarina conta com 69.853 e o Brasil com um total de 1.913.146 profissionais (SEBRAE, 2013).

Em 2010 a taxa bruta de natalidade⁴ no município chegou a 11,3 nascidos por mil habitantes, a taxa do estado foi de 13,8 e a do país 15,8, sendo assim, Garopaba obteve 18,1% menor que a taxa de Santa Catarina e 28,5% menor que a do Brasil. Quanto a taxa de mortalidade infantil⁵ analisada no mesmo ano, o município apresentou 9,8 por mil nascidos vivos, contra 11,2 do nível estadual e 16 do nível brasileiro (SEBRAE, 2013).

O entrevistado João da Silva Pacheco (Diretor Executivo de Saúde), relatou alguns pontos positivos que o município apresenta, em números possui atualmente 9 unidades de postos de Estratégia Saúde da Família (ESF), onde a médicos de diversas especialidades entre dentistas e fisioterapeutas, 1 farmácia municipal e 1 veículo para Serviço de Atendimento Móvel de

⁴ Calcula-se a taxa bruta de natalidade pelo número de nascidos a cada mil habitantes em um ano (SEBRAE, 2013).

⁵ Calcula-se a taxa de mortalidade infantil pelo número de crianças que morrem antes de completar 1 ano de vida, expressa por mil nascidos vivos (SEBRAE, 2013).

Urgência (SAMU). Com relação a policlínica (Unidade Básica de Saúde) localizada na região central do município, há plantão 24horas com 2 médicos de emergência, consta na unidade as seguintes especialidades: otorrinos, urologistas, ginecologistas e pediatras. O município cobre alguns exames de baixo custo, outros mais específicos e que necessitam de maiores recursos são fornecidos pelo estado. O Diretor afirma que a demanda local consegue ser suprida pelos médicos existentes, o total de ESF e policlínica atendem a população total anualmente, ou seja não há necessidade de criar postos de saúde. Um projeto que está sendo executado em alguns bairros é a construção de prédios para sediar os ESF que estão instalados em prédios alugados que acabam gerando custos para a prefeitura.

Para o entrevistado, os principais desafios enfrentados é a falta de ortopedista e cardiologista na região, existe oferta de vagas nos concursos públicos municipais porem não há profissionais interessados a trabalhar na região, o motivo seria o baixo nível salarial oferecido. Outro problema está na realização dos exames de alto custo que dependem dos recursos estaduais, segundo o entrevistado: “o município pertence a central de Florianópolis, que autoriza as regulações e destina recursos para cada região, cobrindo o custo dos exames de ressonância, cateterismo, tomografia computadorizada e ultrassom”, porem como existem 22 municípios que fazem parte desta central, os investimentos não conseguem atender a todos.

4.1.2.2 Objetivos Estratégicos

Através da realização do diagnóstico e entrevista foi possível perceber que estruturas oferecidas pelo município atendem à demanda existente nos casos de necessidades de saúde básica. Mas Garopaba ainda precisa evoluir e adequar-se a um suporte de saúde para atender emergências e casos mais graves que não conseguem ser solucionados na policlínica municipal. Nesses momentos a população precisa ir para outras cidades que oferecem hospitais com leitos de internação e maiores suportes. Para solucionar esses problemas é preciso:

- Conseguir recursos para realização dos exames alto custo;
- Contratar ortopedistas e cardiologista, elevando o nível salarial;
- Instalar leitos de internação hospitalar;
- Projetar um futuro hospital municipal.

4.1.3 Educação

4.1.3.1 Diagnóstico

Sendo umas das variáveis representativas da formação do Índice de Desenvolvimento Humano, – que é calculado através da média aritmética da educação, longevidade e renda – no ano de 2000 a educação contribuiu com 0,839 para o resultado do IDH municipal. Refletindo no crescimento infantil e juvenil, para isso o ensino precisa ser de qualidade, o município então tem a obrigação de ofertar educação básica gratuita a toda a população. O número de alunos matriculados no município representa 4.263 entre crianças, jovens e adultos, dividindo-se esse número nas seguintes modalidades: 572 na educação infantil, 2.585 no ensino fundamental, 762 no ensino médio, 242 na educação de jovens e adultos presencial (EJA), 102 na educação especial (SEBRAE, 2013).

Quanto à taxa de escolarização entre 6 a 14 anos de idade em 2010 é de 99,6%, colocando a cidade na 34ª posição do ranking estadual e na 186ª do ranking brasileiro. No período de 2015, o município apresentou um IDEB⁶ de 6,7 nos anos iniciais do ensino fundamental, deixando Garopaba para a 37ª do ranking catarinense. Nos anos finais do nível fundamental, o mesmo índice chegou a 4,7 passando para a 174ª colocação do ranking (IBGE, 2010).

Com relação à estrutura interna da região, entre os anos de 2002 até 2006, foi possível perceber uma evolução significativa, o total de unidades de ensino acumulou um crescimento de 8,6% passando de 35 para 38, refletindo positivamente no número docentes contratados que aumentou 43%, onde antes eram 151 evoluiu para 216 docentes responsáveis diretamente pelo aprendizado. Observa-se que algumas modalidades de ensino se destacaram no nível de crescimento, enquanto as unidades de ensino fundamental expandiram proporcionalmente em relação ao total de contratação, estando 20% para 51,1%. As creches e ensino de jovens e adultos não obtiveram evolução no aumento de unidades, mas o nível de docentes contratados chegou a progredir 100% nas creches e 250% no EJA (SEBRAE, 2010).

Comparando com o período de 2012 o número de docentes quase que triplicou, chegando no total de 611, mas o grande avanço de contratações destacou-se no nível de educação fundamental, em 2006 eram 136 e 2012 alcançou 396 docentes contratados. Quanto ao ensino de nível técnico, em 2012 havia no município uma única escola desse nível (SEBRAE, 2013).

⁶ Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) é calculado com base na taxa de rendimento escolar e médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP, tem variação de 0 a 10, sendo que a média é 6 (SEBRAE, 2010).

Em entrevista com Sandra Amaral (Secretária de Transporte da Educação), esta afirma que Garopaba fornece transportes gratuito para as escolas municipais e universidades estaduais localizadas fora do município. Para a Grande Florianópolis é disponibilizado 5 ônibus sendo 665 alunos com destino a UFSC, UDESC, Estácio, Unisul, IFSC, FASC, Anhanguera, Univali, FATENP, SENAC e SENAI, 2 ônibus no período matutino, 1 no vespertino e 2 no noturno. Em direção a Tubarão são disponibilizados 5 ônibus – sendo que 2 são terceirizados – no período noturno para 368 alunos que estudam na Unisul, SENAI, CEDUP e SENAC. Para o destino de Capivari de Baixo totaliza 31 alunos que estudam na FUCAP e são transportados por 1 micro-ônibus. Por fim, com destino a Imbituba é fornecido 1 ônibus que transporta 121 alunos para Uniasselvi, alternando os dias da semana. Dentro do município circulam 4 ônibus, 5 micro-ônibus e 2 carros, totalizando 11 transportes escolares destinados aos bairros e localidades. Atualmente, são 1.185 alunos que tem acesso as universidades através do transporte oferecido gratuitamente pela prefeitura municipal de Garopaba.

4.1.3.2 Objetivos Estratégicos

O município apresenta boas condições de ensino, conforme visto no diagnóstico o número de docentes e escolas comporta a quantidade de alunos, são oferecidas vagas na modalidade infantil até o ensino de jovens e adultos. O Índice de Desenvolvimento de Educação Básica está dentro na média (6,7), deixando o município em uma boa colocação estadual. Através da entrevista realizada percebe-se que o município oferece suporte em relação ao transporte gratuito para escolas e universidades, auxiliando aos estudantes. Em relação a diversidade de esportes nas escolas e aos cursos em geral existentes no município ainda são insuficientes, que podem ser solucionados pelos seguintes objetivos propostos:

- Ofertar mais cursos a nível técnicos e de graduação em parceria com o IFSC;
- Oferecer cursos profissionalizantes para a população;
- Promover mais seguimentos esportivos na educação.

4.1.4 Segurança Pública

4.1.4.1 Diagnóstico

Garopaba é uma cidade pequena, com um número razoavelmente baixo de habitantes, composta por uma cultura histórica de famílias tradicionais que contribuíram desde o início da formação local. A existência de laços parentescos, pequena região favorecendo a proximidade e conhecimento entre as pessoas, esses fatores são contribuintes para a preservação da segurança pública. Apesar da evolução da cidade e chegada de novos moradores de outras

localidades e estados vizinhos, ainda é possível manter uma qualidade de vida em relação a segurança. É provável que o maior número de ocorrência com acidentes, furtos e homicídios ocorrem na temporada de verão.

Os dados analisados entre o período de 2008 até 2012, apontam que houve um crescimento de 21,1% de ocorrências policiais no município. Durante esses anos o destaque foi para 2010 que chegou a ter 3.314 ocorrências entre acidentes de transportes, outros acidentes, acidentes não especificados, homicídio, suicídio, eventos cuja intenção é indeterminada e demais causas (SEBRAE, 2013).

Quanto ao número de óbitos decorrentes de causas violentas, o município apresentou em 2012, o total de 9 óbitos, sendo os seguintes casos: 2 eventos cuja intenção é indeterminada, 4 acidentes de transporte, 1 acidente de queda e 2 acidentes de afogamento. Em uma comparação a nível estadual, Santa Catarina e Garopaba apresentaram melhorias nas ocorrências de óbitos, de 2008 para 2012 o município reduziu em 12,5% e o estado 5,91% dos acontecidos (SEBRAE, 2013).

Em entrevista com o Delegado da Polícia Civil (Walter Figueiredo Loyola), este alega que desde quando assumiu o posto na delegacia Civil de Garopaba em 2017, obteve um aumento das resoluções dos crimes, entre homicídios e principalmente o combate ao tráfico de drogas presente na região, sendo solucionados através do setor de investigação ao combate à criminalidade. Esses avanços resultaram em uma maior credibilidade possibilitando a participação da população na solução dos casos. Segundo o Delegado: “o trabalho é em conjunto da Polícia Civil e Militar do município”.

De acordo com o Delegado, apesar do empenho do Departamento da Polícia Civil para conseguir atender e solucionar os crimes da região, ainda se encontra algumas dificuldades que atrasam as investigações. O baixo número de servidores não supre a demanda municipal, os trâmites de processos são mais lentos por falta de escrivão, agentes de polícia e recursos tecnológicos fornecidos pelo estado para auxiliar nas investigações. Outro problema que se encontra presente é a manutenção do espaço físico onde reside a delegacia, necessita de reformas para melhorar os aspectos da construção, através de recursos municipais e estaduais.

4.1.4.2 Objetivos Estratégicos

Na área de segurança pública o município não apresenta grandes problemas, o diagnóstico mostrou que Garopaba vem reduzindo o número de óbitos, mostrando-se superior comparado ao estado. Visto na entrevista, que aumentou o combate ao tráfico e crimes, mas ainda existem algumas carências que precisam ser melhoradas na região, seguindo os objetivos propostos:

- Criar uma secretaria de segurança pública municipal;
- Adequar e estruturar a quantidade de servidores;
- Manutenção dos armamentos, viaturas e dos prédios que sediam a delegacia;
- Continuar trabalhando com a participação da população;
- Fiscalizar o fluxo de turistas nas fronteiras do município.

4.1.5 Cultura e Lazer

4.1.5.1 Diagnóstico

A cultura representa a identidade e memória do município, que é composta pela arquitetura local, festas típicas, danças, gastronomia, grupos de artesãos, população nativa e entre outros costumes e tradições. Garopaba possui 2 praças centrais, 2 praças em outros bairros, 10 campos de futebol e 1 ginásio (GAROPABA, 2015).

O IDMS⁷ é constituído por uma série de indicadores que são fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território, dentre a composição está o Índice Cultural. Apesar de Garopaba possuir tantas características e riquezas regionais, apresenta um IDMS Cultural de 0,376, a composição média deste valor refere-se: recurso fornecidos (0,111), incentivos da sociedade (0,473), infraestrutura (0,619) e estrutura de gestão para a promoção da cultura (0,3). Em relação ao estado catarinense, este também não apresenta um IDMS Cultural muito elevado, chegando a 0,470 (FECAM, 2016).

O entrevistado Secretário da Cultura do município (Marcus Israel), cita os principais problemas enfrentados, sendo a falta de ambientes culturais, na cidade não há teatros, museus, bibliotecas, casa de cultura, galeria de exposição, casa de artesanatos ou concha acústica. Essas deficiências acabam impossibilitando a exposição do trabalho dos diversos profissionais e associações das mais variadas expressões que existem no município, entre as áreas de dança, música, fotografia e cinema. Há existência de associações culturais, entre essas está a Associação de Dança de Garopaba (ADAG).

Existe um calendário de eventos culturais no município, sendo que a principal festa da região é a Quermesse está ocorre todo ano durante cinco dias, proporcionando atividades como apresentações e gastronomia local atraindo em média 50 mil pessoas, é um período que movimenta a economia regional dos garopabenses.

⁷ IDMS: Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável, tendo 1(um) como valor de referência (FECAM, 2016).

Segundo o Secretário, a cultura traz benefícios para as pessoas, mais lazer para as crianças e atividades para toda a população, aliviando o stress evitando a causa de possíveis doenças. Existe alguns projetos que estão sendo elaborados para suprir essa necessidade cultural do município, um desses é a criação da biblioteca onde já existe um espaço para a construção, faltando recursos municipais, estaduais e federais para a execução do projeto.

4.1.5.2 Objetivos Estratégicos

Em relação a cultura e lazer o município não investe o suficiente para a construção de ambientes e realização de atividades, sendo assim, acaba resultando em um baixo IDMS cultural. Observando o diagnóstico e a entrevista realizada, é indicado os seguintes objetivos estratégicos:

- Criar áreas de lazer, como parques e jardins;
- Revitalizar academias de ar livre;
- Construir espaços culturais: bibliotecas, teatros, galerias e entre outros;
- Direcionar mais recursos para área cultural;
- Promover eventos culturais.

4.2 INFRAESTRUTURA

Trata-se de mecanismo que considerem o espaço urbano municipal gerando condições básicas de infraestrutura para a população. Neste grupo será abordado os meios de sustentabilidade e mobilidade urbana.

4.2.1 Sustentabilidade Urbana

4.2.1.1 Diagnóstico

Para que uma cidade desenvolva de forma sustentável e proporcione o bem-estar da população é preciso implementar políticas que controlem os sistemas de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento básico, fiscalizando seus impactos.

Durante o período que abrange os anos de 2006 a 2010, Garopaba obteve uma evolução de 14,2% no número de unidades consumidoras de energia elétrica, chegando em 2010 a um patamar de 10.919 unidades que utilizavam a rede de energia, registrando o total de 31.874.422 KW/h consumido entre residências, indústrias, comércio, meio rural, setor público e iluminação pública. O maior consumo dos garopabenses foi por residências (54%), seguido das indústrias (10%), enquanto as residências catarinenses consumiram em torno de 23% e o setor industrial 44% do total de energia fornecida pelo estado (SEBRAE, 2013).

Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2013), o abastecimento de água no município em 2010 era fornecido para 6.093 estabelecimentos, dentre estes domicílios utilizavam: 4.587 redes geral; 929 poços artesanal ou nascentes na propriedade; 555 poços ou nascente fora da propriedade; 9 carro-pipa ou água vinda da chuva; 5 rios, açudes ou lagos; e 8 outros meios.

Quanto ao saneamento básico municipal, o tratamento de esgoto em Garopaba ainda é precário não há Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Em 2010, dentre os 6.093 domicílios que recebiam o abastecimento de água, funcionavam os seguintes sistemas de tratamento de esgoto: 3.173 utilizavam fossas rudimentar; 2.851 fossas séptica; 17 ligados a rede de esgoto ou sistema pluvial; 15 valas, 3 rios, lagos ou mar; 15 outros escoadouros; e 19 residências sem banheiro ou sanitário (SEBRAE, 2013).

A iluminação pública do município é de responsabilidade da empresa Energiluz, que foi contratada pela Secretaria de infraestrutura, correspondendo ao total de 8 mil pontos de iluminação com o intuito de melhorar e ampliar os projetos elétricos públicos (GAROPABA, 2017).

4.2.1.2 Objetivos Estratégicos

Em relação a sustentabilidade urbana ainda existem algumas melhorias a serem realizadas, analisando o diagnóstico destaca-se as necessidades do município nessa área e umas das principais é a falta de saneamento com estação de tratamento de esgoto, esse e outros problemas poderão ser resolvidos através dos objetivos estratégicos propostos:

- Criar saneamento municipal com estação de tratamento de esgoto;
- Fiscalizar de ligação de esgoto irregular;
- Oferecer manutenção em galerias e bocas de lobo;
- Trocar os cabos da rede de energia.

4.2.2 Mobilidade Urbana

4.2.2.1 Diagnóstico

Garopaba é um município de pequeno porte, com baixo número de habitantes, devido a isso ainda não enfrenta grandes problemas com mobilidade urbana, como as grandes metrópoles. Mesmo assim o município encontra alguns desafios em relação a pavimentação das vias, ampliação de ciclo faixas, aumento da circulação de transportes locais e elaboração de

planejamento para uma estrutura nos períodos sazonais que elevam o crescimento da população provocado pelo turismo.

De acordo com o Sebrae (2013), segundo dados de 2007, Garopaba apresenta as seguintes distâncias rodoviárias em relação aos principais portos do estado, sendo 33km de Imbituba, 146km de Itajaí e Navegantes, e 230km de São Francisco do Sul. Quanto a distância rodoviária do município até os principais aeroportos catarinenses, é de 71km até o Aeroporto Internacional Hercílio Luz (Florianópolis) e 224 km do Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola (Joinville).

Em 2012 as rodovias estaduais e federais que cortavam o município, eram a SC 434 e BR 101 (SEBRAE, 2013). Uma importante rodovia intermunicipal é a GRP-10, está serve como um eixo para ligar Garopaba ao município de Paulo Lopes, possibilitando também o acesso das regiões localizadas ao Norte do município (GAROPABA, 2015).

4.2.2.2 Objetivos Estratégicos

Garopaba ainda está em fase de crescimento, não existe portos e aeroportos, muitas vias não se encontram pavimentadas e a extensão de ciclo faixas ainda é pequena. Através do diagnóstico da mobilidade urbana é sugerido os seguintes objetivos estratégicos:

- Pavimentar e sinalizar o acesso de algumas praias;
- Construir ciclo faixas nas principais vias de acesso;
- Projetar uma segunda via de acesso à região central do município;
- Melhorar o acesso aos bairros interiores da região.

4.3 ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Dentre as principais atividades de fonte de renda do município de Garopaba destaca-se o turismo, a construção civil, a pesca artesanal, atividades agrícolas e industriais (GAROPABA, 2015). Neste grupo será discutido variáveis que apresentam as características de fontes de crescimento econômico do município, destacando-se o Produto Interno Bruto (PIB), Balança Comercial, principais empresas, nível de emprego e renda populacional, além dos principais setores econômicos de geração de renda do município.

4.3.1 Aspectos Gerais

4.3.1.1 Diagnóstico

De acordo com dados do SEBRAE (2013), Garopaba mostrou constante crescimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), nos anos de 2002 a 2009 a evolução totalizou em

175,76% em todo o período, sendo que o setor de serviços⁸ contribuiu 53%, indústria 20% e administração pública com 16%. Em 2009 o município obteve R\$ 197,9 milhões representando 0,15% da composição do PIB estadual, mantendo assim o município na 103ª posição do ranking catarinense. Segundo informações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE, 2016), para o ano de 2014 o resultado do PIB foi surpreendente, ultrapassando o dobro do valor divulgado em 2009, chegando assim a R\$ 402 milhões, mostrando um alto nível de crescimento. Considerando o PIB *per capita* municipal, o resultado divulgado em 2015 foi de R\$ 20.627,72 realocando a região garopabense para a 212ª posição do ranking catarinense (IBGE, 2010).

A balança comercial de Garopaba durante o período envolvido entre 2004 e 2011, apresentou uma diminuição nas exportações de 64,7% e um aumento nas importações de 109,2%. Chegando em 2011 com o saldo negativo de US\$ -3,9 milhões, sendo que neste mesmo ano o estado catarinense também alcançou um déficit de US\$ 5,8 bilhões na balança comercial. Os principais países com destino de exportações em Garopaba foram Espanha (16,9%), Estados Unidos (16,05%) e Argentina (14,80%). Quanto as origens de importação, ocorreram em Taiwan (39,11%), China (25,04%) e Uruguai (20,81%), sendo esses os principais países (SEBRAE, 2013).

De acordo com o SEBRAE (2013), quanto à contribuição das principais categorias que tiveram participação nas atividades econômicas da cidade em 2011, segue: comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas com 44,77%; alojamento e alimentação 15,47%; indústrias de transformação 8,60%; outras atividades de serviços 7,09%; atividades administrativas e serviços complementares 5,66% e construção 4,15%.

As empresas são reflexo do crescimento da cidade, seus investimentos proporcionam o aumento do nível de emprego e renda. No ano de 2011 o estado possuía um total de 403.949 empresas formalmente legalizadas, sendo que em Garopaba o número era de 1.396, dessas foram gerados 3.933 empregos com carteira assinada (SEBRAE, 2013). Segundo o IBGE (2010), o número de trabalhadores assalariados em 2015 representava 28,4% da população total, chegando a 5.976 de pessoal ocupado, colocando o município na posição 71ª do estado.

Analisando a criação de empresas por setores em 2011, o destaque foi o comércio que chegou a 625, seguido pelos serviços totalizando 582, porém este último setor criou mais empregos do que o setor de comércio, gerando 1.573 contra 1.515 (SEBRAE, 2013).

⁸ Setor de serviço: são considerados os transportes, comércio, limpeza, alimentação, telemarketing, hospedagem e beleza (INSPER, 2017).

A taxa de criação de empresas para o período compreendido entre 2008 a 2011, registrou 15,18% para o município contra 15,77% para o estado. Com relação a taxa de criação de empregos para o mesmo período, o município garopabense obteve o crescimento de 41,93%, um resultado superior comparado a Santa Catarina que gerou 15,98% empregos (SEBRAE, 2013).

O aumento do número de empresas desempenhou um crescimento positivo na economia municipal, durante a década de 2000 a 2010 renda familiar média expandiu 155% enquanto Santa Catarina evoluiu somente 99%, o município ficou na 178º do catarinense. O salário médio que em 2007 era de R\$ 773,17, chegou em 2011 a R\$ 1.184,74, mas ainda inferior ao salário do estado que no mesmo ano foi de R\$ 1.620,42 (SEBRAE, 2013). De acordo com IBGE (2010), a média salarial mensal dos trabalhadores formais em 2015 foi equivalente a 2,2 salários mínimos, passando o município para 110º posição do ranking estadual.

Conforme o SEBRAE (2013), o Valor Adicionado Fiscal (VAF) é considerado um indicador econômico-contábil, representa o resultado do cálculo de apuração de impostos (ICMS⁹ e IPI¹⁰) das empresas, sendo a soma dos valores das mercadorias: saídas menos entradas, mais o resultado do valor das prestações de serviços, no seu território. No ano de 2010 foi registrado para o estado de Santa Catarina um VAF de R\$ 102,4 bilhões, onde Garopaba representou 0,10% desse valor, equivalente a R\$ 107 milhões, deixando o município na 144º posição do ranking estadual.

4.3.1.2 Objetivos Estratégicos

O município de Garopaba obteve um avanço no crescimento do PIB nos últimos anos, mas em relação a balança comercial o saldo foi negativo. As empresas são fundamentais e refletem positivamente no PIB municipal e na renda da população, o aumento destas gerou um crescimento no nível de emprego. Para dar continuidade ao crescimento econômico e alcançar um superávit na balança comercial, é sugerido os objetivos a seguir:

- Ajustar a balança comercial, com incentivos para exportações;
- Criar políticas de apoio aos comércios e indústrias municipais.

⁹ ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

¹⁰ IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados.

4.3.2 Turismo

4.3.2.1 Diagnóstico

O turismo é uma das principais fontes de renda do município, especialmente na temporada de verão, onde o total de visitantes na cidade alcança em média de 140 mil pessoas, entre brasileiros e estrangeiros que são atraídos pelas belas praias da região, tranquilidade e pesca local. Os visitantes colaboram para a expansão da economia, aumentando a renda da população geral, nos setores de hospedagem, comércio, gastronomia e serviços (GAROPABA, 2015).

O município possui um Centro de Atendimento ao Turista (CAT), que fornece informações de utilidades e serviços aos turistas. Segundo a entrevistada Alexandra Tavares (atendente do CAT), o período de maior atendimento é na temporada de verão: “no CAT fazemos nossa frequência de quantas pessoas entram no espaço para solicitar informações. Contudo, não contamos o número de pessoas, e sim o número de informações fornecidas. Ou seja, se uma família entra solicitando informações da cidade, consideramos apenas como uma informação dada, mesmo que estes tenham pedido mais de uma informação. Assim, contabilizando entre dezembro de 2017 até fevereiro de 2018, foram fornecidas para 5.178 pessoas informações ou ajudas”.

De acordo com a entrevistada, a maior parte dos visitantes são gaúchos e argentinos, em geral suas locomoções são carros e excursões de ônibus que se hospedam na maioria em pousadas, alguns também chegam de motor rom e instalam-se em camping. As reclamações dos turistas são em ralação ao trânsito lento no verão, coleta de lixo, infraestrutura na questão de falta de manutenção das estradas e sinalização.

Segundo informações da Secretaria de Turismo Municipal, em números os recursos deixados na cidade são em média de R\$ 1 bilhão durante a temporada de verão. O município contém mais de 134 pousadas e 6 hotéis que ficam 100% ocupados durante os 45 dias da temporada, também existe as hospedagens em casas de aluguel. Ao todo são 78 AB (Alimentos e Bebidas), 300 empresas voltadas para o turismo entre lojas, farmácias, postos de combustível e outros setores. O perfil dos turistas nas praias em geral são famílias, com idade acima de 30 anos, atualmente mais de 72% do público são do Rio Grande do Sul. Com exceção à Praia da Ferrugem, esta apresenta um perfil de visitantes jovens com média de 24 anos, chegam em grande volume principalmente no mês de janeiro com turistas vindos da Argentina. Em média cada turista gasta R\$ 2.300,00 no município, com hospedagens, comércio, alimentação, transporte e lazer.

4.3.2.2 Objetivos Estratégicos

Garopaba possui todas as características de uma cidade turística veraneia e recebe muitos visitantes nesse período, que contribuem diretamente para a economia do município. A necessidade está em dar continuidade ao turismo além do verão, para que aumente a demanda dos setores de comércio voltados a esse seguimento e proporcionalmente eleve o nível de empregos, gerando renda durante o ano inteiro para essa parte da população. Os objetivos estratégicos sugeridos são:

- Elaborar estratégias para atrair o turismo durante o ano todo;
- Criar outras opções para atrair os visitantes, além das belas praias.

4.3.3 Pesca Artesanal

4.3.3.1 Diagnóstico

A pesca artesanal ainda é uma das fontes de renda de muitas famílias no município, que se preparam o ano inteiro para trabalhar na época dos principais pescados da região encontrados no mar e água doce: anchova, tainha corvina, olho de boi, abrótea e camarão. De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI, 2016), dentro da área que representa os 12 municípios do litoral compreendendo Palhoça até São Francisco do Sul, o município de Garopaba capturou 12 toneladas na produção comercializada de camarões, estando entre os maiores produtores dessa espécie, ficando atrás de São Francisco do Sul (133t) e Imbituba (50t). O preço médio da comercialização de camarões praticados pelos produtores em Santa Catarina foi estimado em R\$ 25,00/kg.

Conforme a entrevistada Tuane Ribeiro (Representante da Colônia dos Pescadores de Garopaba), em média 400 famílias dependem do rendimento da pesca artesanal que compreende entre mares e rios, e ao todo são 850 pessoas que recebem o seguro defeso, conhecido como seguro desemprego do pescador artesanal (SDPA), é um auxílio financeiro concedido em épocas de preservação e reprodução dos peixes, sendo proibido a pesca. Contudo, os pescadores encontram grandes desafios em relação à burocracia que concede a licença para iniciar a pescaria nos períodos de safras, em geral esse atraso da liberação acaba prejudicando o trabalho do pescador que poderia arrecadar um montante maior se fosse proveitoso todo o período do pescado. Como exemplo tem-se a safra da tainha que é a mais aguardada da região, inicia-se em 1 de maio e o término 31 de julho, é momento em que os pescadores obtêm seus lucros durante o inverno, mas esse período na maioria dos anos acaba atrasando por funções burocráticas.

A pesca industrial é outro problema encontrado no município, que influencia a pesca artesanal local, os barcos de grandes produtores industriais aproximam-se da costa capturam as iscas de sardinha da região para atrair pescados em alto mar. Essas iscas que são retiradas da costa litorânea do município, geram escassez não atraindo os peixes para os pescadores locais.

Segundo a entrevistada, a colônia não recebe verbas municipais, ocorrem parcerias com a Secretaria de Pesca e Agricultura do município e auxílios para ajudar a favorecer a parte burocrática de liberação da pesca. É dever da colônia repassar para o governo 12% da sua arrecadação.

4.3.3.2 Objetivos Estratégicos

A pesca artesanal representa uma parte da renda da população e deve receber os auxílios e apoio necessários do município. Observando o diagnóstico e a entrevista realizada percebe-se que os pescadores ainda encontram desafios em relação a liberação da pesca e falta de recursos. Para essa área propõe-se os objetivos a seguir:

- Estipular acordos com pescadores industriais para não atrapalhar o rendimento da pesca local;
- Incentivar os jovens a cultivar a cultura pesqueira;
- Criar políticas para agilizar os documentos burocráticos de liberação da pesca;
- Oferecer suporte e benefícios aos pescadores;
- Ofertar políticas de conscientização a preservação do meio ambiente, ensinando a manusear os resíduos gerados em função da pesca.

4.3.4 Construção Civil

4.3.4.1 Diagnóstico

De acordo com a entrevistada Secretária de Planejamento e Meio Ambiente (Dilcéia de Abreu Luiz Moreira), o setor de construção civil vem crescendo constantemente no município e proporciona renda para muitas famílias que dependem desse seguimento. Esse avanço pode ser observado analisando o total de pedidos de licença para construção de obras no município durante os últimos anos, o número de licenciamentos foram os seguintes: 2012 (214 obras); 2013 (337 obras); 2014 (472 obras); 2015 (426 obras); 2016 (429 obras) e 2017 (629 obras). Sendo que a maior parte das obras são residências, em média é construída 4 casas por lote.

A entrevistada ressalta que para fiscalizar as novas obras e antigas construções finalizadas e ocupadas, o município utiliza a “Lei Reurb”¹¹ (nº 13.465/2017), regulariza os núcleos informais, disponibilizando para os ocupantes acesso aos documentos do terreno e normalização dessa área contendo estruturara de rede de energia, abastecimento de água, coleta de lixo e drenagem pluvial. O município tem alguns projetos que estão sendo executadas, um deles é a campanha para calçadas acessíveis, tendo como objetivo solucionar os problemas das antigas obras que não possuem calçadas adequadas e regularizadas, oferecendo assim manutenção.

4.3.4.2 Objetivos Estratégicos

Observando os dados apresentados no diagnóstico percebe-se que o nível de licenciamento de obras no município tem aumentado, mas ainda é preciso solucionar alguns problemas burocráticos de aprovação de obras e políticas que facilitem a população. Segue os objetivos propostos para a construção civil:

- Agilizar a aprovação de projetos de construção;
- Aumentar a fiscalização nas obras;
- Criar políticas de aprovação de casa popular para pessoas com baixa renda.

4.4 FINANÇAS PÚBLICAS

O seguinte grupo demonstrará o resultado fiscal das receitas e despesas realizadas no município, considerando as receitas orçamentarias e tributarias e as despesas orçamentárias nos períodos analisados.

4.4.1 Diagnóstico

Os municípios estão tornando-se cada vez mais independentes do estado e união, são as finanças públicas – receitas e despesas – que trazem maior autonomia relacionadas as tomadas de decisões para a região, o resultado fiscal demonstra o desempenho superavitário ou deficitário do local. Para Garopaba foi analisado o resultado orçamentário de 2012 até 2016, através de um coeficiente que relaciona receitas e despesas variando entre 0 e 1, onde acima de 1 tem-se um resultado superavitário. Durante o período houve uma pequena evolução do coeficiente, porem demonstrando um resultado ainda deficitário chegando em 2016 a 0,98, esse

¹¹ Segundo a legislação esta lei é de Regularização Fundiária Rural e Urbana.

número é inferior comparado a média dos municípios catarinenses que apontam 1,1 do coeficiente (TCE, 2016).

Em 2009 as receitas orçamentárias *per capita* de Garopaba alcançaram R\$ 1.487,11 enquanto Santa Catarina obteve R\$ 1.678,47, colocando o município na 188ª posição do ranking estadual. Em relação a receita própria *per capita*, a cidade destacou-se com um total de R\$ 534,13 contra o estado que apresentou R\$ 491,97, elevando Garopaba para a 20ª posição catarinense (SEBRAE, 2013). Quanto ao total de receitas realizadas, em 2012 foi de R\$ 39,2 milhões, em 2014 de R\$ 49,7 milhões e para 2016 a previsão estimada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) seria de R\$ 53,4 milhões, mas as receitas arrecadadas ultrapassaram essa meta alcançando um patamar de R\$ 68,8 milhões, desses foram realizadas R\$ 62,6 milhões onde o montante de R\$ 16,4 milhões representavam as receitas tributárias e R\$ 34,7 milhões as transferências correntes. Assim o destaque se deu por parte das transferências correntes – vindas da união e do estado e demais transferências – e receitas tributárias contabilizando 50,48% e 23,90% respectivamente, participando significativamente da formação das receitas orçamentárias (TCE, 2016).

As receitas tributárias que consistem na arrecadação impostos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, persiste no pagamento de taxas entre as mais relevantes para a região em 2009 foram contribuições do IPTU¹² R\$ 2,6 milhões, ISQN¹³ R\$ 1,1 milhões, ITBI¹⁴ R\$ 891 mil e IRRF¹⁵ R\$ 296 mil (SEBRAE, 2013). Mas o grande destaque da evolução tributária nos últimos anos foi o nível de crescimento do IPTU *per capita*, analisando os últimos anos, em 2012 o valor era de R\$ 168,93 quase que duplicou em 2016 chegando a um patamar de R\$ 298,85, é um número muito elevado quando comparado com os outros municípios onde o valor médio foi de R\$ 74,00 (TCE, 2016).

Quanto as despesas orçamentárias, o município contabilizou as despesas executadas em 2012 no total de R\$ 41,1 milhões, 2014 foi R\$ 49,4 milhões e 2016 chegou a R\$ 65,1 milhões, porem as despesas orçadas para este último ano atingiram R\$ 70,7 milhões que não foram alcançados. É importante ressaltar que dentre as principais despesas executadas a relevância está nos investimentos na área da saúde, educação e urbanismo, que apresentarem em 2016 respectivamente: R\$ 15 milhões, R\$ 17,9 milhões e R\$ 10,3 milhões (TCE, 2016).

¹² IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano.

¹³ ISQN: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

¹⁴ ITBI: Imposto de Transmissão de Bens Imóveis.

¹⁵ IRRF: Imposto de Renda Retido na Fonte.

4.4.2 Objetivos Estratégicos

Analisando o diagnóstico das finanças públicas compreende-se que a maior parte das receitas realizadas foi resultado das transações correntes, em relação as receitas tributarias o principal contribuinte foi a arrecadação de IPTU. Sendo que as principais despesas realizadas direcionaram-se para a educação e saúde. Considerando que o resultado fiscal do município nos últimos anos foi deficitário, mesmo com todas as arrecadações e transações as despesas superaram as receitas. Sendo assim, segue-se os seguintes objetivos estratégicos:

- Buscar formas para aumentar as receitas municipais;
- Controlar os gastos públicos do município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foram utilizados conceitos de elaboração de planejamento estratégico municipal e realizou-se no município de Garopaba um diagnóstico das principais variáveis econômicas e sócias que refletem no desenvolvimento da região. E por fim propôs objetivos estratégicos que podem ser aplicados no município melhorando o nível de bem-estar da população local.

O terceiro capítulo cumpriu ao proposto objetivo específico, descrevendo os conceitos de desenvolvimento econômico através da visão teórica de autores que contribuíram de forma construtiva para a economia, e procurou-se estabelecer a diferença entre crescimento e desenvolvimento. Ao fundamentar o desenvolvimento local e regional foi possível perceber que os municípios estão tornando-se mais independentes do estado e união e aderindo maiores responsabilidades. Foi visto também a importância do plano diretor e plano plurianual para as cidades, que auxiliam e direcionam o trabalho dos gestores. Ao conceituar o planejamento estratégico municipal, mostrou-se a metodologia e as etapas para sua elaboração, que contribuíram para desenvolver o quarto capítulo do trabalho.

O quarto capítulo cumpriu com os outros objetivos específicos, sendo realizado um diagnóstico do município considerando as principais variáveis econômica – aspectos sociais, infraestrutura, atividades de desenvolvimento econômico e finanças públicas. Ao analisar os dados de cada variável foram vistas as fragilidades do município, as oportunidades e ameaças foram identificadas durante as entrevistas realizadas que contribuíram significativamente para a elaboração dos objetivos estratégicos.

O que se notou nos aspectos sociais foi a contribuição do município no transporte gratuito para a educação, oferecendo oportunidades e possibilitando o alcance da formação dos jovens. Em relação as atividades de desenvolvimento econômico, é importante ressaltar que o município depende da renda do turismo, construção civil e pesca artesanal. Visto que o turismo contribui em média de R\$ 1 bilhão na temporada de verão para os comércios locais, foi proposto neste trabalho objetivos estratégicos para criar outras oportunidades que atraem os visitantes durante o ano inteiro além da temporada. Ao analisar a infraestrutura do município percebeu-se que esta precisa ser adaptada para atender as necessidades da população local em relação as vias que ligam os bairros rurais ao centro de Garopaba e os acessos e sinalização das praias para os turistas. Quanto às finanças públicas, destacaram-se que as despesas superaram as receitas municipais, sendo necessários reduzir os gastos públicos.

A relevância desta pesquisa realizada pode contribuir para outras análises de estudo acadêmico que atribuem ao mesmo assunto. A execução deste modelo que consiste na realização de diagnóstico e elaboração de objetivos estratégicos pode ser aplicado a qualquer município, desde que sejam escolhidas as variáveis econômicas e sociais conforme as necessidades de cada região. Acredita-se também que os resultados atingidos no presente trabalho podem auxiliar os gestores e secretários municipais na tomada de decisões, analisando o diagnóstico consegue-se enxergar as carências da região e formular novas políticas realocando os recursos conforme a escassez de cada área apresentada. Poderia futuramente que os sugeridos objetivos estratégicos sejam aplicados em Garopaba sendo capaz de elevar o nível de crescimento social e econômico aumentando a qualidade de vida dos munícipes.

Durante a realização deste trabalho surgiram algumas limitações diante a coleta de dados das variáveis. Considerando o tamanho do município e a falta de informações disponíveis no portal da prefeitura e nos Censos municipais foram encontradas dificuldades em achar fontes de dados que contribuíssem para a pesquisa, sendo atribuídas entrevistas com pessoas de importantes posições na comunidade e que auxiliaram na construção do diagnóstico e na identificação de ameaças e oportunidades para elaboração dos objetivos estratégicos. Sugiro que futuros trabalhos que destinam a esse mesmo assunto abordado, atribuam maiores informações quanto a valores mais específicos referentes a contribuição econômica de algumas atividades da região, principalmente em relação ao turismo, pesca e construção civil, são setores que estão crescendo rapidamente e agregando ao desenvolvimento do município. Outra sugestão seria apresentar as possíveis ações para os objetivos estratégicos propostos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Casa Civil. LEI nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm> Acesso em: 10 mai. 2018.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. **Fundação Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-24, 2 mar. 2006.
- BUARQUE, Sérgio C.. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: [s. N.], 1999. 104 p.
- EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Síntese Informativa da Maricultura 2016**. [2018]. Disponível em: <http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=676>. Acesso em: 03 mai. 2018.
- FARIA, Leonardo. Planejamento Estratégico, Estatuto da Cidade e Plano Diretor: métodos e instrumentos de organização e gestão do espaço urbano. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, p.162-170, 29 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 29 mar. 2017.
- FECAM. Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável. **IDMS Garopaba, 2016**. [2018]. Disponível em: <<http://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2018/codMunicipio/94>>. Acesso em: 19 mai. 2018.
- GAROPABA. Prefeitura do Município de Garopaba. **Infraestrutura, Iluminação Pública**. [2018]. Disponível em: <<http://www.garopaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/87742>> Acesso em: 03 mai. 2018.
- GAROPABA. Prefeitura do Município de Garopaba. **Turismo**. [2018]. Disponível em: <<http://www.garopaba.sc.gov.br/turismo/>> Acesso em: 03 mai. 2018.
- GAROPABA. Prefeitura do Município de Garopaba. **Turismo, Esporte e Desenvolvimento**. [2018]. Disponível em: <<http://www.garopaba.sc.gov.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/4183>> Acesso em: 03 mai. 2018.
- GAROPABA. Prefeitura Municipal de Garopaba. **Lei Complementar N.º 1.466, de 29 de outubro de 2010**. [2018]. Disponível em: <<http://www.garopaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/61100>> Acesso em: 03 mai. 2018.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.a., 2008.

IBGE. **Censo Demográfico**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/garopaba/panorama>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

INSPER. Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa. **Crescimento do Setor de Serviços na Economia, 2017**. [2018]. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/noticias/setor-de-servicos-volta-a-crescer-e-ajuda-na-recuperacao-da-economia/>> Acesso em: 29 mar. 2018.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas**. Rio de Janeiro: Brasport Livros e Multimídia Ltda, 2005. 117 p.

REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clovis. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **Rap**, Rio de Janeiro, p.256-271, mar/abr. 2007.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Garopaba em Números**. Garopaba – SC, 2013.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Santa Catarina em Números**. Garopaba – SC, 2010.

SOUZA, Jorge Luiz. **O que é? IDH**. 2008. Ano 5. Edição 39. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 01 mai. 2018.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.a., 2012. 309 p.

TCE. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Garopaba. **Prestação de Contas do Prefeito Exercício de 2016**. Portal do cidadão. [2018]. Disponível em: <<http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIOS

Questionário Geral – Elaborado para as entrevistas nas seguintes áreas: Saúde; Educação; Segurança Pública; Cultura e Lazer; Turismo; Pesca Artesanal e Construção Civil.

1. Quais os aspectos positivos e negativos em relação a atual situação de Garopaba?
2. Quais são os objetivos para solucionar os problemas do município?
3. Existem projetos e futuras ações para atender as necessidades do município?

Questionário Turismo – Elaborado para entrevista com a atendente do Centro de Atendimento ao Turista (CAT), e coleta de informações disponíveis na Secretaria de Turismo.

1. Número de turistas que o município recebe durante o ano. E qual o valor em reais que esse movimento gera economicamente para cidade?
2. Dentre esses turistas, qual a distribuição da faixa etária? De onde é a maior parte dos visitantes, qual sua origem?
3. Os turistas residem em maior parte em quais hospedagem? (hotéis, pousadas ou casa de aluguel)
4. Quais os meios de transporte mais utilizados, carro próprio, ônibus municipal, taxi ou bicicleta?
5. Qual à média que cada turista gasta com comercio, lazer, alimentação, hotel e transporte?
6. O número existente de hotéis, pousadas, camping, comercio, e outros estabelecimentos que atendem diretamente os turistas?

Questionário Construção Civil – Elaborado para entrevista com a Secretária de Planejamento e Meio Ambiente.

1. Qual o número de obras aprovadas anualmente?
2. Qual a contribuição do rendimento das obras para a economia do município?
3. Quais os tipos de construções mais aprovadas anualmente (hotel, pousada, residência, comércio, indústrias)?

Questionário Cultura e Lazer – Elaborado para entrevista com o Secretário de Cultura.

1. Existe alguma associação cultural no município?
2. Quais são os recursos oferecidos para essa área?
3. Quais as principais festas existentes?
4. Existem espaços para realização de eventos culturais?

Questionário Pesca Artesanal – Elaborado para entrevista com a representante da Colônia dos Pescadores.

1. Quais os principais pescados da região?
2. Quantas famílias dependem da renda da pesca artesanal?
3. A colônia recebe ajuda financeira do município?